

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa (método indireto)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da Provu Sociedade de Crédito S.A. ("Provú SCD"), relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, acompanhada das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .

Provú Sociedade de Crédito Direto S.A., foi constituída em 1º de junho de 2021, e tem por objeto a originação de operações de crédito voltadas ao atendimento das necessidades do consumidor brasileiro na faixa etária de 18 a 70 anos, especialmente aqueles com conexão à internet e que não tem acesso ao crédito (aproximadamente 30% da população brasileira), provendo-lhes capacidade financeira para o desenvolvimento e consolidação de suas atividades. Tem como meta, propiciar maior acesso e melhor fluidez do crédito, contribuindo para a elevação do nível de concorrência no âmbito do Sistema Financeiro Nacional.

A estratégia de atuação da Provu SCD, visa promover através de ações conjuntas com a Provu Serviços de Administração e Correspondente Bancário S.A. ("Provú Corban"), orientação ao crédito empresarial e ações de marketing e publicidade, além do acesso ao crédito em condições competitivas em relação àquelas praticadas no mercado, contribuindo para a redução do *spread* bancário. Com esta política busca gerar maiores condições de sustentabilidade para os pequenos negócios.

A Provu SCD tem como objetivo otimizar as atividades de empréstimos da Provu Corban por meio de uma integração vertical de ponta a ponta, o que permitirá uma expansão mais eficiente, bem como a oferta de crédito e outros serviços financeiros para uma gama maior de consumidores. O diferencial mais relevante é o desenvolvimento de uma plataforma de empréstimo digital que possibilita a completa desburocratização na concessão do crédito, pois toda a solicitação de empréstimo e acompanhamento das etapas de processamento da operação é feita pelo interessado, por intermédio de plataforma eletrônica (Web), utilizando-se smartphones, tablets ou computadores. A automação de todo o processo, inclusive a ferramenta de aprovação de crédito, permite aumento significativo na escala dos negócios, expandindo a oferta de crédito por meio de diferentes produtos: empréstimos pessoais sem garantia, com garantia (exemplo: financiamento imobiliário), crédito consignado e crédito direto ao consumidor ofertado eletronicamente ("e- CDC") nas plataformas de e-commerce dos estabelecimentos comerciais.

Em conformidade com a regulamentação aplicável, uma estrutura de governança foi estruturada com o apoio de consultoria externa. Foi implantada uma política de segurança cibernética para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e sistemas da Provu SCD. Adicionalmente, a Provu SCD tem um plano de ação e resposta a incidentes, que indica as medidas a serem tomadas para manter as estruturas organizacionais e operacionais em conformidade com os princípios e diretrizes da política. Da mesma forma, mecanismos de monitoramento e controle para garantir a conformidade com os requisitos na contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem.

A Provu SCD dá forte ênfase em segurança, não somente no que se refere à proteção das informações e dados dos clientes, como também garantindo a melhoria contínua e sendo capaz de combater crimes e ataques cibernéticos, e qualquer outra ameaça virtual. Em especial, asseguramos completa conformidade com os termos da Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, que trata especificamente sobre o tratamento de dados pessoais. Por fim, foi formalizado um programa de compliance que incluiu políticas e procedimentos específicos para aplicação nas atividades da Provu SCD. Procedimentos são constantemente adaptados e atualizados para atender os requisitos regulatórios brasileiros.

São Paulo, 30 de março de 2023.

A Diretoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Provu Sociedade de Crédito S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Provu Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Provu Sociedade de Crédito Direto S.A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras, ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Instituição reconheceu resultado com cessões de crédito no montante de R\$ 206 mil e obrigações por empréstimos e repasses no montante de R\$ 1.950 mil, sendo essas transações realizadas entre partes relacionadas. Estes montantes poderiam ser diferentes caso tratasse de transações efetuadas em condições de mercado ou com terceiros. Nossa opinião não contém modificação em decorrência desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2023.

PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ(ME) 42.627.615/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ 1.000

A T I V O	Nota explicativa	31/12/22	31/12/21
CIRCULANTE		6.986	3.007
DISPONIBILIDADES	4	930	1.484
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		4.303	66
Títulos e valores mobiliários	5	4.117	-
Operações de crédito	6	338	66
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(152)	-
OUTROS ATIVOS	7	1.753	1.457
Outros créditos - Diversos		15	6
Despesas antecipadas		1.738	1.451
TOTAL DO ATIVO		6.986	3.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ(ME) 42.627.615/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Valores em R\$ 1.000

P A S S I V O	Nota explicativa	31/12/22	31/12/21
CIRCULANTE		4.461	1.936
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.196	1
Obrigações por empréstimos e repasses	10	1.950	-
Credores		246	1
OUTROS PASSIVOS	8	2.265	1.935
Cobrança, arrec. tributos e assemelhado		8	11
Fiscais e previdenciárias		18	126
Diversas		2.239	1.798
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.525	1.071
Capital:	11	12.534	3.000
De Domiciliados no país		8.488	3.000
Aumento de capital		4.046	-
(Prejuízos acumulados)		(10.009)	(1.929)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.986	3.007

MARCELO CAMARGO RAMALHO

Diretor

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ(ME) 42.627.615/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022, exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1º de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1.000

	Nota explicativa	2º-SEM-22	2022	2021
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		265	421	72
Operações de crédito		57	117	4
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		208	304	68
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(67)	(152)	-
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(67)	(152)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		198	269	72
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(4.438)	(8.349)	(2.001)
Despesas de pessoal	13	(1.506)	(4.001)	(751)
Outras despesas administrativas	14	(2.125)	(4.259)	(1.275)
Despesas tributárias		(35)	(118)	(8)
Provisão (Reversão) de provisões operacionais		(973)	(973)	-
Outras receitas operacionais		209	1.011	33
Outras despesas operacionais		(8)	(9)	-
RESULTADO OPERACIONAL		(4.240)	(8.080)	(1.929)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(4.240)	(8.080)	(1.929)
(PREJUÍZO) DO SEMESTRE/PERÍODO		(4.240)	(8.080)	(1.929)
Nº de ações		23.975.725	23.975.725	3.000.000
(Prejuízo) por ação.....R\$		(0,18)	(0,34)	(0,64)

MARCELO CAMARGO RAMALHO
DiretorREINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ(ME) 42.627.615/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022, exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1º de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-22	2022	2021
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/PERÍODO	(4.240)	(8.080)	(1.929)
RESULTADO ABRANGENTE	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(4.240)	(8.080)	(1.929)

MARCELO CAMARGO RAMALHO
Diretor

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ(ME) 42.627.615/0001-92

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022, exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1º de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1.000

Semestre de 01/07/22 a 31/12/22				
	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/22	8.488	-	(5.769)	2.719
Aumento de capital	-	4.046	-	4.046
Prejuízo do semestre	-	-	(4.240)	(4.240)
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/22	8.488	4.046	(10.009)	2.525
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	4.046	(4.240)	(194)
Exercício de 01/01/22 a 31/12/22				
	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/22	3.000	-	(1.929)	1.071
Aumento de capital	9.534	-	-	9.534
Prejuízo do exercício	-	-	(8.080)	(8.080)
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/22	12.534	-	(10.009)	2.525
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	9.534	-	(8.080)	1.454
Período de 01/06/21 a 31/12/21				
	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO EM 01/06/21	-	-	-	-
Aumento de capital	3.000	-	-	3.000
Prejuízo do período	-	-	(1.929)	(1.929)
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM 31/12/21	3.000	-	(1.929)	1.071
MUTAÇÕES DO PERÍODO:	3.000	-	(1.929)	1.071

MARCELO CAMARGO RAMALHO
DiretorREINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVU SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

CNPJ(ME) 42.627.615/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2022, exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1° de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-22	31/12/22	31/12/21
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre e exercícios	(4.240)	(8.080)	(1.929)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	67	152	-
Provisão (reversão) de provisões para passivos contingentes	973	973	-
	<u>(3.200)</u>	<u>(6.955)</u>	<u>(1.929)</u>
Varição de Ativos e Obrigações	(94)	(3.133)	413
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	925	(4.389)	(66)
(Aumento) redução de outros ativos	(1.114)	(289)	(1.457)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	(305)	2.195	1
Aumento (redução) em outros passivos	400	(643)	1.935
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(7)	-
Caixa líquido aplicado das atividades operacionais	(3.294)	(10.088)	(1.516)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento pela integralização de capital	4.046	9.534	3.000
Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamento	4.046	9.534	3.000
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	752	(554)	1.484
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/período	178	1.484	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/período	930	930	1.484

MARCELO CAMARGO RAMALHO
Diretor

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1º de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

E semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Provu Sociedade de Créditos Direto S.A. (“Instituição” ou “Sociedade”), fundada em 11 de março de 2020 é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade anônima, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme publicado no Diário Oficial de 19 de maio de 2021, retificado pelo Banco Central do Brasil para 1º de junho de 2021 e registrada na Receita Federal do Brasil em 7 de julho de 2021, após a aprovação final do Banco Central do Brasil. A Sociedade tem sede e foro jurídico na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek nº 1.909, Torre Norte - 18º andar, Vila Olímpia.

A Sociedade tem como objetivo otimizar as atividades de empréstimos da Provu Serviços de Administração e Correspondente Bancário S.A. por meio de uma integração vertical de ponta a ponta. Ela tem por objeto social a prática de (i) empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com a utilização de recursos financeiros que tenham a origem única de seu próprio capital; (ii) prestar serviços de análise e cobrança de créditos, bem como atuar como representante na distribuição de seguros relacionados às operações mencionadas no item (i) acima; e (iii) a emissão de moeda eletrônica e gestão de conta de pagamento pré-paga.

Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.656/2018, de 25 de abril de 2018.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de setembro de 2021 foi deliberado a alteração da denominação social de Launch Sociedade de Crédito Direto S.A. para Provu Sociedade de Crédito Direto S.A.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN e Conselho Monetário Nacional, e em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1º de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

E semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da administração da Sociedade e foram aprovadas em 30 de março de 2023.

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros

- A resolução CMN no. 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo é buscar a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS. O plano de ação para implementação desta resolução teve seu prazo prorrogado de 30 de junho de 2022 para 31 de dezembro de 2022 conforme a resolução CMN no. 5.019 de 23 de junho de 2022.
- A resolução CMN no. 5.050/22, com início de vigência em 1º de janeiro de 2023, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de sociedade de crédito direto e de sociedade de empréstimo entre pessoas e disciplina a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas por meio de plataforma eletrônica.

Estas normas não produziram alterações nestas demonstrações financeiras, pois trata-se de normativos prospectivos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1º de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

E semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços.

b) Disponibilidade

Disponibilidades (que compreendem o caixa e as contas correntes de bancos), aplicações de curto prazo (igual ou inferior a 90 dias), com alta liquidez e com risco de mudança de valor insignificante.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias:

- (i) Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período;
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento - títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros;
- (iii) Títulos disponíveis para venda - títulos que não se enquadram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1º de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

E semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

d) Instrumentos financeiros

Operações de crédito

Referem-se a operações de empréstimos de capital de giro e de financiamentos para aquisição de bens com Cédula de Crédito Bancário e de aquisição de direitos creditórios. As operações de crédito devem ser classificadas considerando o nível de risco estabelecido pela Administração, observando os parâmetros determinados pela Resolução do CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e a classificação em nove níveis, de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), considerando, entre outros aspectos, os níveis de atraso das operações e a análise da Administração quanto ao nível de risco. Os juros são apropriados em receitas pelo regime de competência.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos com base na análise de riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

A Sociedade, quando devido, reconhece a baixa para prejuízo das operações com mais de 180 dias vencidas para todas as operações de crédito realizadas.

As operações de crédito baixadas para prejuízo, quando devidas, serão mantidas durante cinco anos em conta de compensação até que todos meios possíveis de cobrança sejam realizados e forem esgotados.

A Instituição não possui operações sujeitas aos efeitos das renegociações previstas nas Resoluções nº 4.803 e nº 4.855 do Conselho Monetário Nacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1º de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

E semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

e) Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

f) Resultado recorrente e não recorrente

A Instituição considera como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com suas atividades típicas. Além disto, a Administração considera como não recorrentes os resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Observado esse regramento, salienta-se que no semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve resultados não recorrentes.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1º de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

E semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 20 sobre as bases de apuração mensal para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

4. Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2022 as disponibilidades estão representadas por depósitos bancários no montante de R\$ 930 (R\$ 1.484 em 2021).

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022 os títulos e valores mobiliários estão classificados como "Títulos para Negociação", conforme abaixo:

	Vencimento	31/12/2022		31/12/2021
		Valor do custo	Valor de mercado	Valor de mercado
Circulante				
Carteira própria				
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2028	4.071	4.117	-
Total		4.071	4.117	-

6. Operações de crédito

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 as operações de crédito estão compostas como demonstrado a seguir:

	Faixa de vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimo - Crédito Pessoal	Até 1 ano	379	133
Rendas a apropriar - Crédito pessoal	Até 1 ano	(41)	(67)
		338	66
Saldo inicial - PEARC		-	-
Constituição - PEARC		(152)	-
Reversão - PEARC		-	-
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(152)	-
Total		186	66

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1º de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

E semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

Classificação das operações de crédito por níveis de risco em 31 de dezembro de 2022:

Classificação de risco	31/12/2022		31/12/2021	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
A	79	(1)	66	-
D	33	(3)	-	-
E	40	(12)	-	-
F	90	(45)	-	-
G	17	(12)	-	-
H	79	(79)	-	-
Total	338	(152)	66	-

As operações da Instituição, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram realizadas 100% com pessoa física, sem garantia e não ocorreram renegociação. Empresa operando há 12 meses no mercado de cessão de crédito.

7. Outros ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Outros créditos - Diversos	15	6
Adiantamento e antecipações salariais	-	-
Devedores diversos - País	6	6
Impostos e contribuições	8	-
Despesas antecipadas	1.738	1.451
AIG Seguros - Cibernética	526	317
AIG Seguros - D&O	109	103
AIG Seguros - Responsabilidade civil	1.103	1.031
Total	1.753	1.457

8. Outros passivos

	31/12/2022	31/12/2021
Cobrança, arrec. tributos e assemelhado	8	11
IOF a recolher sobre empréstimo	8	11
Fiscais e previdenciárias	18	126
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	4	14
Impostos e contribuições sobre salários	-	109
Outros	14	3
Diversas	2.239	1.798
Despesas de Pessoal	-	94
Processamento de dados	-	101
Contabilidade	7	6
Auditoria	-	5
Seguros	2.127	1.565
Comissão Provu Serviços de ADM e Correspondente Bancário S.A.	93	26
Credores diversos - País	12	1
Total	2.265	1.935

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1º de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

E semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

9. Imposto de Renda e Contribuição social

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Apuração de IR/CS				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(8.080)	(8.080)	(1.929)	(1.929)
Base de cálculo	<u>(8.080)</u>	<u>(8.080)</u>	<u>(1.929)</u>	<u>(1.929)</u>
Adições/(exclusões):				
Despesas não dedutíveis	1	1	1	1
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	152	152	1	1
Provisões temporárias				
Base lucro real	<u>(7.927)</u>	<u>(7.927)</u>	<u>(1.927)</u>	<u>(1.927)</u>
Total da Base de cálculo dos impostos				
Encargos de 15% IR + Adic. de 10% de IR - 9%CS	-	-	-	-
Despesa com IRPJ e CSLL correntes	-	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 9.855 e R\$ 485 referente a diferenças temporárias (R\$ 1.927 e R\$ 0 referente a diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2021), não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, uma vez que os critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.842/2020, não terem sido atendidos.

10. Obrigações por empréstimos e repasses

	31/12/2022	31/12/2021
Mútuo - Provu Serv. Adm. e Corresp. Bco. S.A.	(1.950)	-
	<u>(1.950)</u>	<u>-</u>

Conforme contrato mútuo realizado em 14 de outubro de 2022, a Provu Serviços de Administração e Correspondente Bancário S.A. (mutuante) concede a Provu sociedade de Crédito S.A. (mutuária) o montante de R\$ 500 para capital de giro. O prazo para pagamento é de até um ano após a data de transferências do montante.

Conforme contrato mútuo realizado em 16 de novembro de 2022, a Provu Serviços de Administração e Correspondente Bancário S.A. (mutuante) concede a Provu sociedade de Crédito S.A. (mutuária) o montante de R\$ 700 para capital de giro. O prazo para pagamento é de até um ano após a data de transferências do montante.

Conforme contrato mútuo realizado em 28 de novembro de 2022, a Provu Serviços de Administração e Correspondente Bancário S.A. (mutuante) concede a Provu sociedade de Crédito S.A. (mutuária) o montante de R\$ 250 para capital de giro. O prazo para pagamento é de até um ano após a data de transferências do montante.

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1º de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

E semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

Conforme contrato mútuo realizado em 29 de novembro de 2022, a Provu Serviços de Administração e Correspondente Bancário S.A. (mutuante) concede a Provu sociedade de Crédito S.A. (mutuária) o montante de R\$ 500 para capital de giro. O prazo para pagamento é de até um ano após a data de transferências do montante.

11. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social de R\$ 12.534 (R\$ 3.000 em 31 de dezembro de 2021), está representado por 59.656.499 (3.000.000 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas pela Provu SCD Participações Ltda. acionistas no país. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

Em 29 de novembro de 2022 foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 4.046 com a emissão de 35.680.774 de novas ações, passando o capital social de R\$ 8.488 para R\$ 12.534, dividido em 59.656.499 ações ordinárias. Este aumento encontra-se em processo de autorização pelo Banco Central do Brasil.

Em 30 de maio de 2022 foi deliberado o aumento de capital social no montante de R\$ 2.992, com a emissão de 17.458.269 de novas ações, passando o capital social de R\$ 5.496 para R\$ 8.488, dividido em 23.975.725 ações ordinárias. Este aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 06 de dezembro de 2022.

Em 18 de fevereiro de 2022 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil o aumento de capital social no montante de R\$ 2.496, com a emissão de 3.517.456 de novas ações, passando o capital social de R\$ 3.000 para R\$ 5.496, dividido em 6.517.456 ações ordinárias. Este aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 18 de fevereiro de 2022.

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1º de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021
E semestre findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores em milhares de Reais)

12. Transações com partes relacionadas

- a) A Instituição possui como parte relacionada os valores conforme descrito a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Provu Serviços de Adm. E correspondente bancário S.A.	6	6
	<u>6</u>	<u>6</u>
Passivo circulante		
Comissões - Provú Serviços de Adm. E correspondente bancário S.A - Comissões	93	-
Provu Serv. de Adm. E correspondente bancário S.A [NE 11]	1.950	-
Provu Corban	216	-
	<u>2.259</u>	<u>-</u>

- b) A Instituição obteve lucro com cessão de operações de crédito com o Prat 12 Captalys FIDC conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Resultado com FIDC		
PRAT 12 CAPTALYS FIDC.	206	33
	<u>206</u>	<u>33</u>

13. Despesas de pessoal

Descrição	2ºsem/2022	31/12/2022	31/12/2021
Proventos	(990)	(2.889)	(527)
Encargos sociais	(280)	(780)	(189)
Benefícios	(236)	(330)	(35)
Treinamento	-	(2)	-
	<u>(1.506)</u>	<u>(4.001)</u>	<u>(751)</u>

14. Despesas administrativas

Descrição	2ºsem/2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com comunicações	-	(6)	(9)
Despesas com processamento de dados	(305)	(615)	(414)
Despesas com publicação	-	(8)	(14)
Despesas com seguros	(1.080)	(2.058)	(495)
Despesa com serviços do sistema financeiro	(169)	(848)	(28)
Despesa com serviços técnicos especializados	(569)	(715)	(312)
Despesa com viagens no país	-	(2)	-
Outras despesas administrativas	(2)	(7)	(4)
	<u>(2.125)</u>	<u>(4.259)</u>	<u>(1.275)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1º de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

E semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

15. Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A Sociedade está sujeita a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar sua solidez e perenidade.

De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade e estão disponíveis em <https://provu.com.br/scd>.

16. Outras informações

16.1. Auditoria independente

A política de atuação da Sociedade na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram prestados pelos auditores independentes nem por partes a eles relacionadas serviços não relacionados à auditoria externa que afetem a independência do auditor.

17. Análise de sensibilidade

A Sociedade, de forma geral, não incorre em riscos de mercado e liquidez em suas atividades, pois é uma prestadora de serviços e seus serviços são pagos (Débito em conta corrente do Cliente). Concentra seus serviços de maneira prioritária em clientes pessoa jurídica, e dessa forma, seus riscos residuais são relacionados a riscos de crédito e operacional. Desde sua entrada em operação a Sociedade não teve nenhuma perda. A Sociedade possui já implementado processo de perdas operacionais.

PROVU SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1º de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

E semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

Conta	Valor provável de realização ativo/(passivo)	Variação em função do risco - %	Obs.
Disponibilidades	930	-	(a)
Títulos e valor mobiliários	4.117	5%	(b)
Operação de crédito	186	5%	(b)
	<u>5.233</u>		

(a) Sem risco;

(b) Risco estimado. Até a presente data não houve perda.

18. Contingências

A Instituição não tem conhecimento de ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões de natureza cível, fiscal ou trabalhista, cujo valor em risco possa ter impacto nestas demonstrações financeiras.

19. Outros assuntos

Plano de implementação dos requisitos da Resolução CMN nº 4.966/2021

O caixa da instituição, é utilizado para a manutenção da carteira de créditos, que está concentrada em operações de BNPL (*Buy Now Pay Later*), que é uma forma de pagamento a prazo que permite aos compradores efetuarem compras online e pagarem em parcelas mais tarde. Estão alocados em depósitos bancários e em títulos de renda fixa.

Com a implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021, a administração passará a adotar o estudo baseado em safras, para determinar os novos percentuais de Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a serem aplicados em cada faixa de atraso.

Esse estudo será desenvolvido e apresentado pela área de risco da Sociedade.

No cenário atual, a resolução trará impacto apenas na Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito.

Dessa forma, a administração entende que não haverá necessidade de investimentos em pessoal. O fornecedor de software da Sociedade, que faz a gestão das operações de crédito, já tem previsto em seu contrato de prestação de serviços, o atendimento às atualizações solicitadas pelos órgãos reguladores.

Por tanto, com base nas atividades operacionais atuais, o impacto da nova Resolução será apenas sobre a PDD sobre operações de crédito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e período de 1º de junho (início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

E semestre findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores em milhares de Reais)

Caso haja alteração significativa nesse cenário, sobretudo nas modalidades operacionais, os efeitos que possam ser causados pela Resolução serão observados.

20. Eventos subsequentes

Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Marcelo Camargo Ramalho
Diretor

Reinaldo Dantas
Contador
CRC 1SP110330/O-6